

Crises e desastres: a resposta psicológica diante do luto

Crisis and disasters: a psychological response to grieving

Maria Helena Pereira Franco*

Resumo

Em resposta ao aumento da frequência de situações críticas, como desastres ou emergências, juntamente com a celeridade da informação, a Psicologia contribuiu ao construir uma abordagem adequada e necessária para essa demanda. Nesse artigo, são apresentadas algumas teorias norteadoras para o desenvolvimento e consolidação da área. Sendo crise um período de desequilíbrio psicológico, resultante de evento ou situação que constitui um problema insolúvel com as estratégias de enfrentamento conhecidas, o objetivo de intervenção em crise é resolver os problemas que exercem maior pressão, em um período reduzido e com uso de intervenção direta e focalizada, para que os atingidos possam desenvolver novas estratégias adaptativas. Uma demanda importante está no enfrentamento do luto desencadeado por desastres, que tem contornos definidos e necessita suporte psicossocial aos afetados, não apenas nos momentos iniciais. Nesse enfrentamento, destaca-se a dificuldade em localizar e identificar corpos, para que os rituais da cultura sejam realizados e permitam uma finalização da ambiguidade da perda. O conceito de mundo presumido é explorado, na significação do processo de luto após um desastre, como vetor para as transformações decorrentes. Ser, ao mesmo tempo, enlutado e sobrevivente, é uma forte experiência de transição psicossocial, a partir da quebra do mundo presumido, pela necessidade de responder às demandas do cotidiano, em um luto público e privado. Transitando entre esses dois âmbitos, fica a reflexão sobre o luto público, do qual participam também aqueles que, sem envolvimento direto com o desastre, recorrem às diferentes explicações, sejam as culturais, políticas e psicológicas.

Palavras-chave: Desastres. Luto. Intervenção na Crise.

Abstract

In response to the increased frequency of critical situations such as disasters or emergencies, along with information speed, psychology has contributed to building an appropriate and necessary approach to this demand. In this paper we present some guiding theories for the development and consolidation of this field. Being a crisis period of psychological imbalance resulting from the event or situation which poses a problem which is insurmountable using known coping strategies, the goal of intervention in crisis is to solve problems that put a greater pressure in a short period by using a direct and focused intervention, so that those affected may develop new adaptive strategies. An important demand is in coping with grief triggered by disasters, which have definite contours and require psychosocial support for those affected, beyond the early stages. In this combat, there is the difficulty in locating and identifying corpses so that cultural rituals are performed and allow completion of an ambiguous loss. The concept of presumed world is explored in the significance of the bereavement process after a disaster as a vector for the changes thus provoked. Being, at the same time, bereaved people and survivors is a powerful experience of psychosocial transition, from the breakdown of the presumed world due to the need to respond to the demands of everyday life, in public and private grief. Transitioning between these two areas there is a reflection on public mourning, which also includes those who, without being directly involved with disasters, turn to different explanations, be they cultural, political or psychological.

Keywords: Disasters. Mourning. Crisis Intervention.

* Professora titular da PUCSP. Fundadora (1996) e Coordenadora do Laboratório de Estudos e Intervenções sobre o Luto – LELu, da PUCSP.

INTRODUÇÃO

No mundo contemporâneo, é possível ter mais conhecimento dos desastres, independentemente de sua natureza, graças aos meios de comunicação e à rapidez com que acompanhamos o fato, seus desdobramentos e as ações de resgate. A agilidade dos meios de comunicação e a quase onipresença da informação, aliadas ao sofrimento humano presente em diferentes escalas, fazem com que as pessoas se sintam participantes e, muitas vezes, também atingidos.

A Psicologia tem contribuído nessas situações, de maneiras desafiadoras e corajosas, uma vez que se mostrou necessário rever alguns posicionamentos tradicionais para construir a abordagem que se mostrasse adequada e necessária para a demanda. Uma experiência foi desenvolvida pelos psicólogos do Grupo IPE – Intervenções Psicológicas em Emergências, fundado em 2001 em São Paulo. Esse grupo responde pela ação em crises e emergências do 4 Estações Instituto de Psicologia, especializado em educação e saúde para assuntos relativos a perdas e luto e teve oportunidade de atuar em diversas emergências, com número variado de envolvidos, duração ampla de atuação, impacto em diferentes raios de ação.

Nesse texto, será abordada essa experiência em resultados e em questionamentos, para ilustrar o que as teorias apresentam para o desenvolvimento e consolidação de uma área.

DEFINIÇÕES

Na tentativa de uma definição, Roberts¹ considera crise um período de desequilíbrio psicológico, resultante de um evento ou situação que constitui um problema de tal ordem que não pode ser solucionado com as estratégias de enfrentamento conhecidas. Como consequência, o objetivo de uma intervenção em crise é resolver os problemas que exercem maior pressão, em um período de uma a doze semanas, com uso de intervenção direta e focalizada, para que o cliente possa desenvolver novas estratégias adaptativas.

Assim sendo, será necessário que o indiví-

duo que vivencia a crise avalie que a situação está aquém de suas possibilidades de enfrentamento. Essa situação deverá ser composta por um evento de risco e uma ameaça aos objetivos vitais do indivíduo.

A Organização Mundial da Saúde (*World Health Organization – WHO*)², em sua seção relativa à saúde em crises, publicou um documento no qual ressalta a necessidade de planejamento e preparo para enfrentar crises e desastres, mesmo considerando que as situações não se repetem da mesma maneira. A OMS fundamenta sua ação nas seguintes definições.

Crise: evento ou série de eventos que representam uma ameaça extrema à saúde, segurança ou ao bem-estar de uma comunidade, geralmente atingindo uma área extensa. Conflitos armados, epidemias, fome, desastres naturais, emergências ambientais e outros eventos danosos de grande monta podem envolver ou levar a uma crise humanitária.

Desastre: a) uma ruptura séria no funcionamento de uma comunidade ou sociedade, causando extensas perdas humanas, materiais, econômicas ou ambientais que excedem a habilidade dos afetados em utilizar seus recursos de enfrentamento. Um desastre ocorre como resultado de um processo de risco, pela combinação de situações de perigo, condições de vulnerabilidade e capacidade insuficiente para reduzir as consequências negativas desse risco; b) uma ocorrência que cause dano, transtorno ecológico, perda de vida humana ou deterioração da saúde e dos serviços de saúde em uma escala suficiente para contar com ajuda externa à comunidade atingida.

Emergência: ocorrência súbita que demande ação imediata, devido a epidemia, catástrofes naturais ou tecnológicas ou causadas pelo ser humano.

Perigo: qualquer fenômeno com potencial para causar interrupção ou transtornos às pessoas ou ao seu ambiente.

Risco: probabilidade de consequências danosas ou de perdas (por mortes, ferimentos, perdas de propriedade, dos meios de produção, danos ambientais, interrupção da atividade econômica) resultantes de interação entre perigos naturais ou induzidos pelo ser humano e a condição de vulnerabilidade.

Vulnerabilidade: a) condições determinadas

por fatores ou processos físicos, sociais, econômicos e ambientais que aumentam a susceptibilidade de uma comunidade ao impacto dos riscos; b) o grau pelo qual uma população ou indivíduo é incapaz de antecipar, enfrentar resistir e se recuperar do impacto de um desastre.

Essas definições detalhadas são necessárias porque fundamentam programas de prevenção e resposta e norteiam mecanismos para sua avaliação. O que talvez não tenha sido suficientemente destacado no documento é a questão de como as lideranças se apresentam em uma situação de crise, que pode representar uma janela para mudanças políticas necessárias. Boin, Hart³ já destacaram esse aspecto, após terem cruzado resultados de observações e avaliações de resposta a crises e a concreta ação das lideranças na função de aprender com a experiência, educar para uma cultura de prevenção e efetivamente prevenir desastres. Trata-se de culpa ou responsabilidade? Essa foi a pergunta desenvolvida por Hood⁴, ao analisar a ação de quem detém autoridade nas respostas às crises e de quem se percebe responsável (ou culpado?) pelo acontecido. Constata-se, com uma lamentável frequência, que o fato de existirem desastres anunciados não tem sido impactante o suficiente para mobilizar quem tem a autoridade para decidir sobre o que é necessário fazer.

No Brasil, há anualmente enchentes e desabamentos, por exemplo, em consequência de problemas climáticos, que, por sua vez, foram desencadeados pela ação humana no uso dos recursos da natureza. Entretanto, a cada ano, a cada novo evento, as demandas são específicas. O mesmo pode ser dito de outras formas de acidente, de pequeno ou grande porte. Para todas, um preparo adequado e realista se faz necessário.

AÇÕES

Nas diversas situações de resposta a emergências, alguns aspectos devem ser ressaltados para reflexão. Um grande desafio parece ser responder às diferentes demandas com a rapidez que elas solicitam, resgatando, com os afetados, sua possibilidade de recuperar o equilíbrio rotineiro.

Hodgkinson, Stewart⁵ destacaram a importância do preparo técnico no atendimento do pós-desastre, de acordo com suas especificida-

des. Uma experiência alinhada com a proposta desses autores, bem como à de Roberts¹, foi apresentada pela autora do presente artigo⁶, trazendo à tona as questões relativas à necessidade por parte da equipe quanto à disponibilidade, mobilidade e ética.

Os membros do Grupo IPE têm um protocolo de ação pautado por posições éticas e técnicas e são sistematicamente treinados no desenvolvimento de suas habilidades. É um grupo heterogêneo em sua caracterização, mas seus integrantes têm a mesma formação universitária, psicólogos, e o interesse em trabalhar com pessoas e comunidades em sofrimento decorrente de crises e/ou desastres. Apresentam diversidade de crença religiosa, estado civil, experiência de vida, por exemplo. Têm disponibilidade para responder a acionamento 24 horas, sete dias na semana. Atendem desde grandes acidentes até situações críticas individuais, envolvendo morte e luto, no Brasil e no exterior. Membros do grupo^{7,8,9} realizaram suas pesquisas de pós-graduação com interesse no aprofundamento e na análise de situações de perda, na maior parte relacionadas a desastre, de maneira a possibilitar levar para a prática uma fundamentação científica que lhe deem sustentação.

LUTO POR DESASTRES

O luto está entre as emoções mais poderosas que o ser humano pode viver. Ninguém permanece o mesmo após viver um luto, e essa transformação é ampla e profunda, muito mais do que uma experiência dolorosa em uma dada medida normal e suportável.

Kristensen, Franco¹⁰ apresentaram situações de desastres nas quais o luto decorrente teve contornos bem definidos e apontaram a necessidade de suporte psicossocial aos afetados, não apenas nos momentos iniciais. Visitar o local do desastre (em condições de segurança), receber informações corretas e participar de celebrações são ações terapêuticas semelhantes às tradicionalmente obtidas em *setting* clínico, mas ressaltam a importância de se construir um novo *setting* a cada desastre. Atendimentos grupais ou individuais podem ser efetuados, desde que se tenha clareza do que mantém o grupo e do que se coloca como individual.

Embora nas definições sobre desastre a distinção entre naturais e tecnológicos, ou entre ambientais e provocados pelo ser humano, seja considerada uma distinção artificial, o luto desencadeado por desastres tem consequências específicas, a partir da sua natureza¹¹. Dentre elas, cabe destacar a dificuldade em localizar, identificar corpos, para que os rituais da cultura sejam realizados e permitam uma finalização, não do processo do luto, mas da ambiguidade da perda¹².

Torlai⁹ pesquisou uma população brasileira afetada por grandes inundações e constatou o quanto a ausência de suporte imediato ocasionou grandes complicadores no processo de luto. Morar por muito tempo em abrigos provisórios, estar sem perspectiva de voltar a uma situação com alguma previsibilidade, perder a ligação com a terra, com o lugar que garantia identidade, foram alguns dos fatores encontrados em sua pesquisa, que alertam para a necessidade de um trabalho com as comunidades atingidas que reúna ações produtivas a par com sensibilidade e conhecimento sobre o processo de luto.

Parkes¹³ definiu mundo presumido como o único mundo que o ser humano efetivamente conhece, que inclui tudo o que sabe ou pensa saber. Inclui sua interpretação do passado, as expectativas do futuro, planos e preconceitos. Qualquer um desses aspectos terá forçosamente que mudar quando ocorrer uma mudança na vida da pessoa. Assim sendo, trabalhar com pessoas enlutadas requer a clareza de identificar em que aspectos o mundo presumido mudou, com o que a pessoa pode contar para efetivar essa mudança e construir para si um novo significado. Ser vitimado por um desastre e, como consequência, enlutar-se coloca em questão muitas crenças básicas, necessárias para garantir a segurança da pessoa, como a estabilidade do mundo, a regularidade da resposta das pessoas. Attig¹⁴ chama a atenção para a necessidade de reaprender o mundo, após uma perda, a partir da experiência de haver se vinculado. Vincular-se pode ser a uma pessoa, a um lugar, a uma família, a uma abstração que construa nossa identidade. Grégio⁷ estudou uma comunidade afetada por um acidente rodoviário, com mortes, ferimentos graves, mutilações. Considerando a experiência traumática de ser, ao mesmo tempo, enlutado e sobrevivente, os membros dessa comu-

nidade viveram uma forte experiência de transição psicossocial, a partir da quebra de seu mundo presumido e pela forçosa necessidade de responder às demandas do cotidiano. Viveram perdas simbólicas, como, por exemplo, do patriarca da comunidade, o que gerou um sentimento de orfandade e a premência de sua substituição imediata, com muita dor pela constatação dessa impossibilidade. Foi um luto privado e comunitário.

Muitos dos atendimentos em emergência e desastre estiveram e estão no foco dos meios de comunicação. Ou melhor: o desastre, as pessoas afetadas por ele, os envolvidos nos diferentes graus de exposição estiveram na casa de pessoas que nunca chegaram e nem chegarão a conhecê-los pessoalmente, pois entraram pela tela da TV ou do computador, pelos jornais ou pelo rádio, gerando um processo de luto vivido no âmbito público, o que, segundo Walter¹⁵, a partir da segunda metade do século 20, passou a ter esse caráter. Esse autor chama a atenção para o fato de que as pessoas apresentam manifestações de luto mesmo por aqueles que não lhe são familiares, com os quais não mantinham relações significativas, e esse é um luto que comporta diferentes explicações, desde as culturais (construção de memoriais, consciência global, valor dado à expressão de emoções), passando pelas políticas (considerando-se o poder motivacional que as expressões do luto podem ter, na substituição de líderes mortos e na educação para prevenção), chegando às psicológicas (apresentar um luto que dê identidade e senso de pertencimento à pessoa, possibilidade de lidar com lutos anteriores). Não é possível dizer qual é a melhor explicação, se é que há uma. Resta uma preocupação em relação ao luto público: sendo o instrumento poderoso que é para a mobilização das pessoas, tem a capacidade de enclausurar comunidades no passado, mantendo-as ritualisticamente refratárias à mudança que virá, mais cedo ou mais tarde, mesmo que seja diante de uma transição psicossocial não diretamente ligada àquela comunidade. Por outro lado, em sociedades democráticas e menos tradicionais, a expressão do luto público pode ser mais autêntica, não necessitando seguir os cânones da cultura.

As questões relativas à avaliação psicológica dos afetados pelo desastre deliberadamente não foram abordadas nesse texto, pois são de tal enver-

gadura e requerem tantos vieses que acarretariam o risco de adotar uma postura superficial quanto a elas. Cabe destacar a necessidade de estudos sistemáticos acerca do acompanhamento do atendimento recebido, para avaliação de eficácia quanto à abordagem utilizada, entre outros fatores.

Podemos concluir afirmando o quanto o trabalho com populações que enfrentaram crises ou

desastres aproxima o psicólogo da necessidade, quase imposição, de desenvolver uma consciência para o impacto que seu trabalho tem diante do sofrimento humano, em larga escala nos casos de mortes em massa, ou em escala reduzida, mas não menos importante, nos casos de luto por uma pessoa significativa, ou por uma identidade, ou por um precioso senso de pertencer a uma comunidade.

REFERÊNCIAS

1. Roberts AR. An overview of crisis theory and crisis intervention. In: Roberts AR, editor. Crisis intervention handbook. Assessment, treatment, and research. Oxford: Oxford University Press; 2000. p. 3-30.
2. World Health Organization. Risk reduction and emergency preparedness: World Health Organization six-year strategy for the health sector and community capacity development. World Health Organization; 2007.
3. Boin A, Hart P. Public Leadership in Times of Crisis: Mission Impossible? In: Boin A, editor. Crisis Management. London: Sage; 2008.
4. Hood C. The Risk Game and the Blame Game. In: Boin A, editor. Crisis Management. London: Sage; 2008.
5. Hodgkinson P, Stewart M. Coping with Catastrophe: a handbook of post-disaster psychosocial aftercare. London: Routledge; 1998.
6. Franco MHP. Apoio psicológico para emergências em aviação: a teoria revista na prática. *Estud Psicol.* 2005;10(2):177-80.
7. Gregio C. Antes e depois do trauma: vivência traumática e o mundo presumido [dissertação]. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; 2005. [Mestrado em Psicologia Clínica]
8. Oliveira SR. Onde está você agora além de aqui, dentro de mim? – o luto das mães de crianças desaparecidas [dissertação]. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; 2008. 145 p. [Mestrado em Psicologia]
9. Torlai VC. A vivência do luto em situações de desastres naturais [dissertação]. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; 2010. [Mestrado em Psicologia Clínica]
10. Kristensen P, Franco MHP. Bereavement and Disasters, Research and Clinical Intervention. In: Neimeyer RA, Harris DL, Winokuer HR, Thornton GF. Grief and Bereavement in Contemporary Society, Bridging Research and Practice. New York: Routledge; 2011. p. 189-201.
11. Parkes CM. The grief following disasters. In: Stroebe MS, Hansson RO, Schut H, Stroebe W. Handbook of bereavement research and practice: advances in theory and intervention. Washington (DC): American Psychological Association; 2008. p 463-84.
12. Boss P. Loss, Trauma and Resilience: therapeutic work with ambiguous loss. New York: Norton; 2006.
13. Parkes CM. Psycho-social transition: a field of study. *Soc Sci Med.* 1971;5:101-15.
14. Attig T. Questionable assumptions about assumptive World. In: Kauffman J. Loss of the Assumptive World: a theory of traumatic loss. New York: Routledge; 2002. p. 55-68.
15. Walter T. The new public mourning. In: Stroebe MS, Hansson RO, Schut H, Stroebe W. Handbook of bereavement research and practice: advances in theory and intervention. Washington (DC): American Psychological Association; 2008. p. 241-62.